

PROJETO DE LEI Nº DE 2017

(Do Sr. Silas Câmara)

Altera o artigo 1º da Lei N. 8.427, de 27 de Maio de 1992, para autorizar subvenções econômicas a pescadores artesanais, e das reserva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, observado o disposto nesta Lei, subvenções econômicas a produtores rurais, pescadores artesanais, e das reservas e suas cooperativas.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tenho a honra de submeter este projeto de lei, que visa alterar a Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992, promovendo as modificações na Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), fundamental para as Políticas Agrícola Nacional.

Está alteração visa corrigir, uma lacuna nesta Lei, que exclui os pescadores artesanais e de reserva, dessa subvenção, deixando vários trabalhadores fora da política de preços mínimos.

Como é o caso dos pescadores do pirarucu, mais em específico, a inclusão do pirarucu (*Arapaima gigas*), o maior peixe de água doce do Brasil, na Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) depende da aprovação do Conselho Nacional Monetário e da modificação da Lei. A PGPMBio é um programa do Governo Federal para produtos da biodiversidade brasileira que não têm um mercado estruturado e precisam de subsídio público para um desenvolvimento social e econômico justos. Criada em 2009, a política permitirá que o pescador de pirarucu receba um bônus na venda do produto em que o preço pago pelo comerciante for inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

O Amazonas é o maior produtor de pirarucu manejado do país, em 1996 o IBAMA proibiu a pesca o ano inteiro, só permitindo a pesca e comercialização dos acordos de pesca e de áreas de manejo. Com a implantação do sistema de manejo participativo e a contagem de estoques de pirarucu, poderá se estabelecer cotas sustentáveis anuais para captura e comercialização. Após a contagem se estabelecerá uma cota de 30% dos animais com tamanho mínimo de 1,50m. Conforme dados da Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR), 22 áreas de 14 municípios no Estado do Amazonas. São mais de 3.000 pescadores envolvidos na produção.

Município	Área de Manejo	Pirarucus autorizados
Jutaí	Terra Indígena Acordo de Pesca RDS	2.977
	Resex Rio Jutaí	295
	RDS Cajubim	54
Fonte Boa	RDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	8.917
	RDSM - Setor Maiana	1.846
	Resex Auatí Paraná/ RDSM	3.656
Tefé	RDS Mamirauá e RDS Amanã (IDSM)	11.910
Maraã	RDSM - Setor Itauba - Aspecmri	759
Carauari	Resex Médio Juruá	410
	RDS Uacari	598
Juruá	Resex Baixo Juruá	516
Beruri	RDS Piagaçu Pururs	733
Santo Antônio do Içá	PAF Santo Antônio do Içá	5.039
Tonantins	Terra Indígena - Acordo de Pesca Tonantins	3.433
Iranduba	Acordo de Pesca da Ilha da Paciência	106
	Resex Médio Pururs	417
Lábrea	Resex Ituxi	42
	Terra Indígena Paumari	99
	RDS Buá-buá	1.120
Japurá	Acordo de Pesca Altamira Jupará	208
Canutama	Floresta de Canutama	65
Novo Airão	Resex Unini	96
Total		43.296

PESCA MANEJADA DO PIRARUCU A pesca do Pirarucu em regime de manejo iniciou em 2002, crescendo exponencialmente ao longo de 11 anos, saindo de uma produção de 45.542ton para uma produção em 2013 de 1.266.457ton. Também no que se relaciona ao ambiente de pesca, passou de três áreas e três municípios em 2002 para 19 áreas de captura localizada em 13 municípios (vê resultados nos últimos quatros anos).

PRODUÇÃO DE PIRARUCU EM AMBIENTE AQUÁTICOS MANEJADOS

ANO	UNIDADE/INDIVÍDUOS	PESO/TONELADA
2010	13.031	662,262
2011	15.534	829,059
2012	19.202	946,149
2013	25.329	1.266,457
2014	30.400	1.520
2015	31.846	1.656

A previsão para o ano 2016 será de 1.797 toneladas.

Os números de, 2016/2017 ainda não foram divulgados.

Enquanto o pescador recebe de R\$ 3,00 a 3,50 pelo quilo do pirarucu fresco no local de manejo, o custo de produção de R\$ 7,33, tendo a necessidade da intervenção do Governo Federal com o pagamento da diferença. Técnicos avaliam que o impacto financeiro para atender os pescadores de pirarucu Manejado está em torno de R\$ 4 milhões.

A inclusão na PGPMBio trará benefícios a toda a cadeia produtiva do setor pesqueiro, principalmente ao pescador artesanal que a partir da inclusão, será melhor remunerado, atualmente, o pescador é o que menos ganha em todo esse processo de venda do pirarucu.

Assim concluo que temos que corrigir essa divergência na legislação, tratando todos os trabalhadores de formas iguais.

Sala das Sessões, em de novembro de 2017.

Deputado Silas Câmara
PRB/AM